

**ARE no AgInt no RE no AgInt nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP  
Nº 1.245.368 - MS (2011/0038301-2)**

**RELATORA** : MINISTRA VICE-PRESIDENTE DO STJ  
**AGRAVANTE** : NIVALDO APARECIDO DE CAMPOS  
**ADVOGADO** : ARLINDO MURILO MUNIZ E OUTRO(S) - MS012145  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**DESPACHO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por NIVALDO APARECIDO DE CAMPOS, contra acórdão prolatado pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça.

O recurso extraordinário teve o seguimento negado em *decisum* assim ementado (fl. 1.909):

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. CONTROVÉRSIA RESTRITA AO EXAME DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 181/STF. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

A parte interpôs agravo interno, que também foi improvido pela Corte Especial, em acórdão assim ementado:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. RECURSO DA COMPETÊNCIA DESTA CORTE. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 181/STF.

1. Consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 598.365 RG/MG, não há repercussão geral na análise acerca do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros tribunais, questão de natureza infraconstitucional que inviabiliza o cabimento do apelo extraordinário (Tema 181/STF).

2. Agravo interno improvido.

A Coordenadoria de Recursos Extraordinários certificou a ocorrência do trânsito em julgado em 4/10/2018 (fl. 1.950).

Em momento posterior ao efetivo trânsito em julgado, o peticionário interpôs o presente agravo em recurso extraordinário, protocolado eletronicamente em 17/10/2018.

Não há mais nada a prover na espécie.

Consoante demonstrado, o trânsito em julgado da decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário do recorrente já foi, há muito, certificado nestes autos (fl. 1.950), sendo manifestamente incabível o presente recurso.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

A prestação jurisdicional, na espécie, foi exaurida, no que competia ao Superior Tribunal de Justiça e à Vice-Presidência desta Corte.

Feitas essas considerações, **fica determinado o arquivamento imediato de quaisquer outras manifestações, dispensando o envio de expediente avulso à Vice-Presidência.**

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 08 de fevereiro de 2019.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura  
Vice-Presidente

